

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO 21

1. Introdução	21
1.1. Constituição: conceito	21
1.2. Constituição: estrutura	24
1.3. Direito Constitucional	25
1.4. Constitucionalismo	25
2. Concepções de Constituição	30
2.1. Introdução	30
2.2. Constituição sob o prisma sociológico	30
2.3. Constituição sob o aspecto político	30
2.4. Constituição em sentido jurídico	31
2.5. Concepção culturalista da Constituição (a busca por alguma conexão entre os sentidos anteriormente apresentados)	32
3. Classificação das Constituições	33
3.1. Quanto à origem	33
3.2. Quanto à estabilidade (mutabilidade ou processo de modificação)	34
3.3. Quanto à forma	37
3.4. Quanto ao modo de elaboração	37
3.5. Quanto à extensão	38
3.6. Quanto ao conteúdo	39
3.7. Quanto à finalidade	40
3.8. Quanto à interpretação	40
3.9. Quanto à correspondência com a realidade = critério ontológico	41
3.10. Quanto à ideologia (ou quanto à dogmática)	42
3.11. Quanto à unidade documental (quanto à sistemática)	43
3.12. Quanto ao sistema	43
3.13. Quanto ao local da decretação	44
3.14. Quanto ao papel da Constituição (ou função desempenhada pela Constituição)	44
3.15. Quanto ao conteúdo ideológico (ou quanto ao objeto)	45
3.16. Outras classificações	45
4. Aplicabilidade das Normas Constitucionais	47
4.1. Introdução	47
4.2. A classificação de José Afonso da Silva	48
4.3. A classificação de Maria Helena Diniz	50

4.4. A classificação de Uadi Lammêgo Bulos	50
4.5. Críticas	50
5. Princípios instrumentais de interpretação da Constituição e das leis	50
5.1. Princípio da supremacia da Constituição	51
5.2. Princípio da interpretação conforme a Constituição	51
5.3. Princípio da presunção de constitucionalidade das leis	52
5.4. Princípio da unidade da Constituição	52
5.5. Princípio da força normativa	52
5.6. Princípio do efeito integrador	53
5.7. Princípio da concordância prática ou harmonização	53
5.8. Princípio da máxima efetividade ou da eficiência (intervenção efetiva)	53
5.9. Princípio da conformidade funcional ou justiça	54
6. Elementos da Constituição	54
7. Breve histórico das Constituições Brasileiras	55
8. Quadro sinótico	60
9. Questões	70
9.1. Questões objetivas	70
9.2. Questão discursiva	72
Gabarito – questões objetivas	72
Gabarito – questão discursiva	76

CAPÍTULO 2

PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO E PODERES DERIVADOS (DECORRENTE, REFORMADOR E DIFUSO) 77

1. Introdução	77
2. Natureza do poder constituinte	78
3. Titularidade	79
4. Exercício (ou formas de expressão do poder constituinte)	80
5. Espécies	81
6. Características do poder constituinte originário	83
7. Direitos adquiridos e o poder constituinte originário	86
8. O poder constituinte supranacional	87
9. Poder constituinte e a tese do patriotismo constitucional	87

10. Poderes constituídos	88
10.1. Introdução	88
10.2. Espécies	89
10.2.1. Poder constituído decorrente (ou poder derivado decorrente).....	90
10.2.2. Poder constituído reformador (elaboração das emendas constitucionais)	93
10.2.2.1. Introdução.....	93
10.2.2.2. Limitações expressas.....	94
10.2.2.3. Limitações implícitas	104
10.3. Outros mecanismos de modificação da Constituição da República de 1988	109
10.3.1. A revisão constitucional	109
10.3.2. A mutação constitucional	112
11. Quadro sinótico	113
12. Questões.....	118
12.1. Questões objetivas	118
Gabarito – questões objetivas	120

CAPÍTULO 3

DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL 125

1. Introdução	125
2. A entrada em vigor de uma nova Constituição.....	125
2.1. Revogação da Constituição pretérita.....	125
2.2. Recepção dos diplomas infraconstitucionais	126
3. Repristinação	131
4. Recepção material de normas constitucionais	132
5. Quadro sinótico	133
6. Questões.....	134
6.1. Questões objetivas	134
6.2. Questões discursivas	135
Gabarito – questões objetivas	136
Gabarito – questões discursivas	137

CAPÍTULO 4

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS 139

1. Introdução	139
2. Distinção entre direitos fundamentais e direitos humanos. Distinção entre "Direitos" e "Garantias"	140
3. Gerações de direitos fundamentais.....	142
4. Características dos direitos fundamentais.....	143
5. Dimensão subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais	147
6. Destinatários dos direitos fundamentais	148
7. Aplicabilidade das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais	149
8. Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas (eficácia horizontal e diagonal)	150
9. Colisão de direitos fundamentais	152
10. Limites dos Direitos Fundamentais – Teoria Externa e Interna.....	154

11. Direitos Fundamentais: limites dos limites.....	156
12. Hierarquia normativa dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos.....	158
13. Classificação dos direitos fundamentais.....	160
14. Quadro sinótico	161
15. Questões.....	163
15.1. Questões objetivas	163
15.2. Questão discursiva.....	165
Gabarito – questões objetivas	165
Gabarito – questão discursiva.....	168

CAPÍTULO 5

DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS 171

1. Introdução	171
2. Direito à vida.....	172
2.1. Introdução	172
2.2. Questões controversas	172
2.2.1. Princípio da vida humana	173
2.2.2. Aborto.....	174
2.2.3. Eutanásia e ortotanásia	176
3. Direito à privacidade.....	177
3.1. Introdução	177
3.2. Direito à intimidade.....	177
3.3. Direito à vida privada	177
3.4. Direito à honra e à imagem	178
3.5. Outros debates acerca da privacidade e intimidade: direito ao esquecimento e proteção às mensagens de WhatsApp	178
3.6. Sigilos pessoais	181
3.6.1. Sigilo do domicílio	181
3.6.2. Sigilo de correspondência	184
3.6.3. Sigilo de dados	184
3.6.3.1. Dados bancários.....	184
3.6.3.2. Dados fiscais.....	188
3.6.3.3. Dados telefônicos.....	188
3.7. Sigilo das comunicações	188
3.7.1. Sigilo das comunicações telegráficas	188
3.7.2. Sigilo das comunicações telefônicas	189
4. Direito à igualdade	191
4.1. Introdução	191
4.2. Princípio da isonomia X ações afirmativas ..	192
4.3. Igualdade entre homens e mulheres.....	196
4.4. Igualdade e identidade de gênero.....	198
4.5. Aplicação do princípio da isonomia nos critérios de admissão em concurso público.....	202
4.6. Proteção à pessoa com deficiência e critérios de admissão em concurso público.....	204
5. Direito à liberdade.....	205
5.1. Introdução	205
5.2. Liberdade de ação	207

5.3.	Liberdade de pensamento e manifestação ..	207	41.	Erro judiciário	247
5.4.	Liberdade de consciência, crença e culto	209	42.	Gratuidade	247
5.5.	Liberdade de profissão	218	43.	Isenção de custas e despesas judiciais	247
5.6.	Liberdade de locomoção	220	44.	Direito à razoável duração do processo	247
5.7.	Liberdade de reunião	222	45.	Proteção geral de dados	248
5.8.	Liberdade de associação.....	224	46.	Quadro sinótico	250
6.	Direito à propriedade	225	47.	Questões.....	261
6.1.	Introdução	225	47.1.	Questões objetivas	261
6.2.	Função social da propriedade	225		Gabarito – questões objetivas	262
6.3.	Limitações ao direito de propriedade	227	CAPÍTULO 6		
6.3.1.	Desapropriação.....	227	DIREITOS SOCIAIS..... 265		
6.3.2.	Requisição.....	228	1.	Introdução	265
6.3.3.	Expropriação ou confisco.....	230	2.	Notícias históricas.....	266
6.3.4.	Usucapião	230	3.	Finalidade	266
7.	Direito à propriedade intelectual	231	4.	Sujeito passivo dos direitos sociais.....	267
8.	Direito à propriedade industrial	231	5.	Classificação dos direitos sociais	267
9.	Direito à herança e sucessão	231	6.	Reserva do possível	274
10.	Defesa do consumidor	231	6.1.	Introdução	274
11.	Direito genérico à informação	231	6.2.	Notícias históricas.....	275
12.	Direito de petição e direito à obtenção de certidões	231	6.3.	A teoria da “reserva do possível” no direito pátrio.....	275
13.	Inafastabilidade do judiciário	231	7.	Mínimo existencial.....	278
14.	Limitação a retroatividade da lei	232	8.	Judicialização do direito à saúde	279
15.	Juiz natural.....	233	9.	Vedação do retrocesso	285
16.	Tribunal do júri.....	234	10.	Quadro sinótico	287
17.	Legalidade penal e irretroatividade da lei penal... ..	235	11.	Questões.....	289
18.	Práticas discriminatórias e crimes inafiançáveis... ..	236	11.1.	Questões objetivas	289
19.	Intranscendência da pena	238		Gabarito – questões objetivas	291
20.	Individualização da pena	238	CAPÍTULO 7		
21.	Vedação de penas.....	239	DIREITO DE NACIONALIDADE..... 295		
22.	Direitos assegurados aos presos.....	239	1.	Introdução	295
23.	Extradição (brasileiro nato e naturalizado).....	241	1.1.	Conceitos relacionados à matéria	296
24.	Extradição (estrangeiro).....	241	2.	Espécies de nacionalidade.....	299
25.	Juiz natural.....	241	2.1.	Nacionalidade primária	299
26.	Devido processo legal	241	2.1.1.	Critérios de atribuição	299
27.	Contraditório e ampla defesa	242	2.1.2.	Hipóteses de aquisição	300
28.	Provas ilícitas	242	2.2.	Nacionalidade secundária (ou adquirida).....	304
29.	Princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade	243	2.3.	Quase nacionalidade (ou brasileiros por equiparação).....	308
30.	Identificação criminal	245	3.	Diferenças de tratamento entre brasileiros natos e naturalizados	309
31.	Ação penal privada subsidiária da pública.....	245	4.	Extradição	314
32.	Publicidade dos atos processuais	245	5.	Perda do direito de nacionalidade.....	319
33.	Prisão civil por dívida.....	245	6.	Art. 13, CF/88.....	323
34.	<i>Habeas corpus</i>	246	7.	Quadro sinótico	323
35.	Mandado de segurança	246	8.	Questões.....	326
36.	Mandado de segurança coletivo.....	246	8.1.	Questões objetivas	326
37.	Mandado de injunção.....	247	8.2.	Questão discursiva.....	328
38.	<i>Habeas data</i>	247		Gabarito – questões objetivas	328
39.	Ação popular	247		Gabarito – questão discursiva.....	330
40.	Assistência jurídica estatal.....	247			

CAPÍTULO 8

DIREITOS POLÍTICOS E PARTIDOS POLÍTICOS 333

1.	Introdução	333
2.	Conceito	333
3.	Classificação dos direitos políticos.....	334
4.	Direitos políticos positivos.....	334
4.1.	Soberania popular	334
4.1.1.	Direito de sufrágio	334
4.1.2.	Direito de voto e escrutínio	335
4.1.3.	Ação popular.....	337
4.1.4.	Iniciativa popular de leis	337
4.1.5.	Plebiscito e referendo	337
4.1.6.	Alistabilidade ou capacidade eleitoral ativa	340
4.1.7.	Elegibilidade ou capacidade eleitoral passiva	342
5.	Direitos políticos negativos.....	345
5.1.	Introdução	345
5.2.	Perda de direitos políticos	345
5.3.	Suspensão de direitos políticos	345
6.	Inelegibilidades.....	348
6.1.	Introdução	348
6.2.	Classificação	349
6.3.	Inelegibilidade absoluta	350
6.4.	Inelegibilidades relativas	350
7.	Ação de impugnação de mandato eletivo	360
8.	Princípio da anterioridade (ou anualidade) eleitoral	360
9.	Partidos Políticos	363
9.1.	Introdução	363
9.2.	Conceito	363
9.3.	Notícias históricas.....	363
9.4.	Natureza jurídica e requisitos para criação... ..	364
9.5.	Liberdade e autonomia partidária.....	365
9.6.	Fidelidade partidária	369
9.7.	Financiamento dos Partidos	371
9.8.	Participação política das mulheres.....	372
9.9.	Recursos financeiros para candidaturas de pessoas pretas e pardas	373
10.	Quadro sinótico	374
11.	Questões.....	378
11.1.	Questões objetivas	378
11.2.	Questão discursiva.....	380
	Gabarito – questões objetivas	380
	Gabarito – questão discursiva.....	383

CAPÍTULO 9

AÇÕES CONSTITUCIONAIS..... 385

1.	Remédios constitucionais de natureza administrativa (não jurisdicional)	385
1.1.	Direito de petição – art. 5º, XXXIV, “a”, CF/88, c/c Lei nº 4.898/1965	385

1.2.	Direito à obtenção de certidões – art. 5º, XXXIV, “b”, CF/88; c/c Lei nº 9.051/1995 ...	386
2.	<i>Habeas corpus</i> (art. 5º, LXVIII e LXXVII, CF/88).....	386
2.1.	Introdução	386
2.2.	Legitimidade	387
2.3.	Espécies	387
2.4.	Cabimento	388
2.5.	Pressuposto lógico e especificidades	390
2.6.	Competência	392
2.7.	Procedimento	394
2.8.	Sistema recursal	394
2.9.	Técnica decisória, repercussões processuais e efeitos	395
2.10.	Do cabimento do <i>Habeas Corpus</i> Coletivo – o caso da substituição da prisão preventiva por domiciliar de mulheres presas, em todo o território nacional, que sejam gestantes ou mães de crianças de até 12 anos ou de pessoas com deficiência	395
3.	Mandado de segurança individual (art. 5º, LXIX, CF/88 e Lei nº 12.016/2009).....	397
3.1.	Introdução	397
3.2.	Cabimento	397
3.3.	Hipóteses de restrição de cabimento do mandado de segurança individual.....	398
3.4.	Competência	399
3.5.	Legitimidade ativa e passiva.....	401
3.6.	Procedimento	402
3.7.	Apontamentos acerca do procedimento no mandado de segurança	402
3.8.	Efeitos da decisão e recursos.....	403
3.9.	Prazo para impetração do mandado de segurança	405
4.	Mandado de segurança coletivo (art. 5º, LXX, CF/88)	406
4.1.	Introdução	406
4.2.	Hipóteses de cabimento.....	407
4.3.	Legitimidade ativa e passiva.....	407
4.4.	Competência	408
4.5.	Procedimento	408
4.6.	Efeitos da decisão	409
4.7.	Principais súmulas relacionadas ao mandado de segurança	409
5.	Mandado de injunção (art. 5º, LXXI, CF/88 e Lei nº 13.300/2016)	411
5.1.	Notícias históricas e conceito	411
5.2.	Requisitos para o cabimento	412
5.3.	Legitimidade ativa e passiva	414
5.4.	Competência	416
5.5.	Procedimento	416
5.6.	Decisão e recursos cabíveis	417
5.7.	O debate acerca dos efeitos da decisão concessiva de injunção	418

6.	<i>Habeas data</i> (art. 5º, LXXII, CF/88 c/c Lei nº 9.507/1997)	421	5.6.	Territórios Federais.....	461
6.1.	Introdução	421	6.	Formação de novos Estados e Municípios.....	463
6.2.	Cabimento	422	6.1.	Introdução	463
6.3.	Legitimidade ativa e passiva.....	423	6.2.	Formação de novos Estados	463
6.4.	Competência	424	6.3.	Formação de novos Municípios.....	467
6.5.	Procedimento	426	7.	Vedações constitucionais.....	469
6.6.	Decisão	427	8.	Repartição constitucional de competências	469
7.	Ação popular (art. 5º, LXXIII, CF/88; Lei nº 4.717/1965)	428	8.1.	Introdução	469
7.1.	Introdução	428	8.2.	Princípios norteadores	470
7.2.	Conceito	428	8.3.	Técnicas de repartição	471
7.3.	Espécies	428	8.4.	Competências da União.....	472
7.4.	Requisitos	429	8.4.1.	Materiais exclusivas – art. 21, CF/88.....	472
7.5.	Legitimidade ativa e passiva.....	430	8.4.2.	Legislativas privativas – art. 22, CF/88.....	477
7.6.	Competência	431	8.4.3.	Materiais comuns – art. 23, CF/88 ..	497
7.7.	Procedimento	432	8.4.4.	Legislativas concorrentes – art. 24, CF/88.....	498
7.8.	Decisão na ação popular	432	8.5.	Competências dos Estados-membros	506
8.	Quadro sinótico	433	8.6.	Competências dos Municípios.....	509
9.	Questões.....	442	8.7.	Competências do Distrito Federal	515
9.1.	Questões objetivas	442	9.	Quadro sinótico	516
9.2.	Questões discursivas	443	10.	Questões.....	521
	Gabarito – questões objetivas	444	10.1.	Questões objetivas – Organização político-administrativa do Estado	521
	Gabarito – questões discursivas	446		Gabarito – questões objetivas	523
			10.2.	Questões objetivas – Repartição constitucional de competências	525
				Gabarito – questões objetivas	526
			10.3.	Questão discursiva.....	529
				Gabarito – questão discursiva.....	529
CAPÍTULO 10					
ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO					
		449			
1.	Introdução	449	CAPÍTULO 11		
2.	Forma de Estado	449	INTERVENÇÃO		
3.	Tipologias de formas de Estado	449			531
3.1.	Estado unitário	449	1.	Introdução	531
3.2.	Estado federado	450	2.	Conceito.....	531
3.3.	Outras formas de Estado	452	3.	Princípios que regem o processo interventivo	532
4.	Classificação das federações.....	453	3.1.	Princípio da não intervenção (ou da excepcionalidade da medida)	532
4.1.	Quanto à origem (ou formação).....	454	3.2.	Princípio da taxatividade	532
4.2.	Quanto à atual concentração de poder....	454	3.3.	Princípio da temporariedade.....	533
4.3.	Quanto à repartição de competências	455	4.	Espécies de intervenção	533
4.4.	Quanto ao equacionamento das desigualdades, as federações podem ser simétricas ou assimétricas.....	455	4.1.	Intervenção federal	533
4.5.	Quanto às esferas integrantes da federação, temos o federalismo de segundo e de terceiro grau	456	4.2.	Intervenção estadual	540
4.6.	O Pensamento do possível no federalismo cooperativo	456	5.	Quadro sinótico	542
5.	A federação na Constituição da República de 1988.....	458	6.	Questões.....	544
5.1.	Introdução	458	6.1.	Questões objetivas	544
5.2.	União	458		Gabarito – questões objetivas	546
5.3.	Estados-membros.....	459	CAPÍTULO 12		
5.4.	Municípios	460	PODER LEGISLATIVO		
5.5.	Distrito Federal	460			551
			1.	Introdução	551
			2.	Estrutura do Poder Legislativo	553

3.	Composição e atribuições das Casas Legislativas	554			
3.1.	Câmara dos Deputados	554			
3.2.	Senado Federal	558			
3.3.	Quadro comparativo da composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal	561			
3.4.	Assembleias Legislativas	562			
3.5.	Câmara Legislativa do Distrito Federal	564			
3.6.	Câmaras Municipais	564			
4.	Funcionamento e direção do Poder Legislativo	565			
4.1.	Noções introdutórias	565			
4.2.	Do funcionamento: sessão legislativa ordinária, sessão legislativa extraordinária e legislatura	565			
4.3.	Sessões preparatórias e Mesas Diretoras	567			
4.4.	Sessão conjunta	572			
5.	Das Comissões Parlamentares	572			
5.1.	Introdução	572			
5.2.	Comissão representativa do Congresso Nacional	574			
5.3.	Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)	575			
5.3.1.	Introdução	575			
5.3.2.	Notícias históricas	575			
5.3.3.	As Comissões Parlamentares de Inquérito na Constituição Federal de 1988	577			
6.	Imunidades dos congressistas	598			
6.1.	Introdução	598			
6.2.	Imunidade material	600			
6.3.	Imunidades formais	605			
6.3.1.	Imunidade formal relativa à prisão (<i>freedom from arrest</i>)	605			
6.3.2.	Imunidade formal relativa ao processo	611			
6.4.	Imunidade testemunhal (ou probatória)	614			
6.5.	Imunidades dos demais membros do Poder Legislativo	615			
6.5.1.	Âmbito estadual e distrital	615			
6.5.2.	Âmbito municipal	617			
6.6.	Foro por prerrogativa de função	618			
6.6.1.	Introdução	618			
6.6.2.	Foro especial para os congressistas	619			
6.6.3.	Foro especial para os Deputados Estaduais e Vereadores	628			
7.	Incompatibilidades	629			
8.	Hipóteses de perda do mandato	631			
8.1.	A cassação e a extinção do mandato	631			
8.1.1.	Cassação	631			
8.1.2.	Extinção	632			
8.1.3.	A polêmica envolvendo a condenação criminal transitada em julgado e a perda (automática ou não?) do mandato do congressista	633			
8.1.4.	Quadro para fixação das diferentes hipóteses de perda do mandato	635			
8.2.	A perda como decorrência da desfilição partidária sem justa causa ou anuência do partido	636			
8.3.	A impossibilidade de as Constituições Estaduais inovarem em matéria de perda de mandato parlamentar	638			
8.4.	A possibilidade de o Supremo Tribunal Federal determinar a suspensão de um parlamentar de suas funções	639			
9.	Hipóteses que não ensejam a perda do mandato	640			
10.	Tribunal de Contas	641			
10.1.	Introdução	641			
10.2.	Composição do Tribunal de Contas da União	642			
10.3.	Garantias dos integrantes dos Tribunais de Contas	643			
10.4.	Atribuições dos Tribunais de Contas e a prerrogativa para apresentação de projetos de lei	645			
10.5.	Rejeição da prestação de contas e inelegibilidade	652			
10.6.	Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Contas da União	653			
10.7.	Tribunais de Contas dos Estados-membros, Distrito Federal e Municípios	653			
10.8.	Comentários finais sobre as Cortes de contas	655			
11.	Quadro sinótico	656			
12.	Questões	663			
12.1.	Questões objetivas	663			
	Gabarito – questões objetivas	665			
	CAPÍTULO 13				
	PROCESSO LEGISLATIVO	671			
1.	Introdução	671			
2.	Espécies de processo legislativo	673			
3.	Espécies normativas	674			
3.1.	Introdução	674			
3.2.	Leis ordinárias – processo legislativo ordinário	674			
3.3.	Procedimento legislativo sumário ou regime de urgência constitucional (art. 64, §§ 1º a 4º, CF/88)	697			
3.4.	Leis complementares	698			
3.5.	Leis delegadas	701			
3.6.	Medidas Provisórias	703			
3.6.1.	Introdução	703			
3.6.2.	Legitimidade para a edição	704			
3.6.3.	Pressupostos constitucionais legitimadores	705			
3.6.4.	Limites materiais à edição	705			

3.6.5. Produção de efeitos (eficácia da medida).....	708	16. Questões.....	781
3.6.6. Procedimento	708	16.1. Questões objetivas	781
3.6.7. Rejeição e conversão da MP em lei	711	Gabarito – questões objetivas	782
3.6.8. Últimas observações sobre as medidas provisórias	713		
3.7. Decretos legislativos.....	715		
3.8. Resoluções.....	716		
4. Quadro sinótico	717		
5. Questões.....	724		
5.1. Questões objetivas	724		
Gabarito – questões objetivas	726		
CAPÍTULO 14			
PODER EXECUTIVO 731			
1. Introdução	731		
2. Estruturas organizacionais do Poder Executivo	732		
3. Sistemas de Governo	732		
3.1. Introdução	732		
3.2. Presidencialismo e Parlamentarismo	732		
3.3. O semipresidencialismo (ou semiparlamentarismo).....	735		
3.4. O presidencialismo como sistema preferencial de Governo nas Constituições brasileiras.....	735		
4. O Poder Executivo na Constituição da República de 1988.....	736		
5. Eleição, sistemas eleitorais e mandato do Presidente da República	740		
6. Posse.....	745		
7. Impossibilidades de exercer o cargo: o impedimento e a vacância	746		
8. Licença	752		
9. Atribuições do Presidente da República	752		
10. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional: órgãos consultivos.....	756		
10.1. Introdução	756		
10.2. Conselho da República	756		
10.3. Conselho de Defesa Nacional	756		
11. Imunidades	757		
11.1. Imunidades do Presidente da República ...	757		
11.2. Imunidades dos Governadores e dos Prefeitos.....	760		
12. Responsabilidade do Presidente da República	762		
12.1. Introdução	762		
12.2. Juízo de admissibilidade realizado pela Câmara dos Deputados	763		
12.3. Crimes comuns	766		
12.4. Crimes de responsabilidade	767		
13. Responsabilidade dos Governadores e dos Prefeitos.....	772		
14. Conclusões finais sobre a perda do mandato.....	776		
15. Quadro sinótico	777		
		16.1. Questões objetivas	781
		Gabarito – questões objetivas	782
CAPÍTULO 15			
PODER JUDICIÁRIO 787			
1. Introdução	787		
2. Órgãos do Poder Judiciário	789		
2.1. Organograma do Poder Judiciário	790		
2.2. Número de membros dos órgãos do Poder Judiciário	791		
2.3. Padrão de idade como requisito de ingresso	792		
2.4. Aprovação prévia pelo Senado Federal como requisito para a posse	792		
3. Princípios de observância obrigatória no estatuto da magistratura.....	793		
4. A regra do quinto constitucional	797		
4.1. O quinto constitucional e o “pensamento do possível”	799		
5. Garantias do Poder Judiciário	800		
5.1. Introdução	800		
5.2. Garantias institucionais	800		
5.2.1. Garantias de autonomia orgânico-administrativa	800		
5.2.2. Garantias de autonomia financeira	802		
5.3. Garantias funcionais (ou de órgãos).....	802		
5.3.1. Garantias de independência dos órgãos judiciários	803		
5.3.2. Garantias de imparcialidade dos órgãos judiciários	805		
6. Conselho Nacional de Justiça.....	807		
6.1. Aspectos introdutórios	807		
6.2. Regras referentes à composição.....	807		
6.3. Competências do Conselho	809		
6.4. Controle judicial da atuação do CNJ	811		
6.5. A discussão sobre a constitucionalidade do Conselho Nacional de Justiça	813		
7. Súmulas Vinculantes.....	813		
7.1. Introdução	813		
7.2. Notícias históricas: direito comparado e direito pátrio	813		
7.3. Súmulas Vinculantes: alguma arquitetura....	815		
7.3.1. Previsão constitucional, legal e finalidade	815		
7.3.2. Competência exclusiva.....	815		
7.3.3. Pressupostos (requisitos constitucionais).....	815		
7.3.4. Objeto	816		
7.3.5. Legitimidade para provocar a edição, revisão ou cancelamento do enunciado de súmula vinculante.....	816		
7.3.6. Aspectos procedimentais.....	818		

7.3.7. O efeito vinculante.....	818	2.6. Organização e composição do Ministério Público.....	886
7.3.8. Cabimento da reclamação	819	2.7. Procurador-Geral da República.....	887
8. Arquitetura do Poder Judiciário.....	819	2.8. Procurador-Geral de Justiça	891
8.1. Introdução.....	819	2.9. Conselho Nacional do Ministério Público.....	892
8.2. Órgãos de convergência	819	2.10. Funções Institucionais do Ministério Público.....	894
8.3. Órgãos de superposição	820	2.10.1. Investigação criminal e teoria dos “poderes implícitos”	896
8.4. Justiça comum.....	820	2.11. Ministério Público nos Tribunais de Contas.....	897
8.5. Justiça especial.....	821	3. Advocacia pública.....	898
9. O Supremo Tribunal Federal (arts. 101 a 103, CF/88).....	821	3.1. Introdução.....	898
9.1. Introdução.....	821	3.2. Organização da Advocacia-Geral da União...	899
9.2. Composição.....	821	3.3. O Advogado-Geral da União.....	901
9.3. Atribuições	823	3.4. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal.....	901
9.3.1. Primeiras palavras.....	823	3.5. Procuradorias municipais	905
9.3.2. Inciso I – Competências originárias	826	3.6. Pagamento de honorários de sucumbência aos advogados públicos	905
9.3.3. Inciso II – Competência recursal ordinária.....	839	4. Advocacia privada.....	905
9.3.4. Inciso III – Competência recursal extraordinária	840	4.1. Introdução.....	905
10. Superior Tribunal de Justiça (arts. 104 e 105, CF/88).....	844	4.2. Habilitação para a profissão de advogado e a questão da indispensabilidade	906
10.1. Introdução.....	844	4.3. A inviolabilidade do advogado	907
10.2. Composição.....	844	4.4. Direitos do advogado	908
10.3. Competências.....	846	5. Defensoria Pública.....	909
10.4. Competências comparadas	847	5.1. Introdução.....	909
11. Justiça do Trabalho (arts. 111 a 116, CF/88).....	849	5.2. Notícias históricas.....	910
12. Tribunais e Juízes Eleitorais (arts. 118 a 121, CF/88).....	852	5.3. Arquitetura e organização da Defensoria Pública.....	912
13. Tribunais e Juízes Militares (arts. 122 a 124, CF/88).....	854	5.4. Garantias, prerrogativas e vedações para os membros da Defensoria Pública	915
14. Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais (arts. 106 a 110, CF/88).....	856	5.5. Destinatários dos serviços prestados pela Defensoria Pública.....	918
15. Tribunais e Juízes dos Estados (arts. 125 e 126, CF/88).....	861	5.6. Legitimidade para a propositura de ação civil pública.....	919
16. Quadro sinótico	862	6. Quadro comparativo.....	919
17. Questões.....	869	7. Quadro sinótico	920
17.1. Questões objetivas	869	8. Questões.....	925
17.2. Questão discursiva.....	870	8.1. Questões objetivas	925
Gabarito – questões objetivas	871	Gabarito – questões objetivas	927
Gabarito – questão discursiva.....	873		

CAPÍTULO 16

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	875
1. Introdução.....	875
2. Ministério Público.....	875
2.1. Introdução.....	875
2.2. Natureza	876
2.3. Princípios institucionais.....	877
2.4. Ingresso na carreira	880
2.5. Garantias e vedações aos membros do Ministério Público.....	881

CAPÍTULO 17

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	931
1. Introdução.....	931
2. Tipologia da inconstitucionalidade.....	932
2.1. Introdução.....	932
3. Parâmetro para a declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade	938
4. Classificação das fórmulas adotadas para o controle de constitucionalidade	938
4.1. Introdução.....	938

4.2.	Quanto à natureza do órgão.....	939	6.5.1.	Introdução.....	1001
4.3.	Quanto ao momento do controle.....	939	6.5.2.	Objeto	1002
4.4.	A relação entre o órgão e o momento de controle no direito brasileiro.....	940	6.5.3.	Legitimidade ativa e passiva	1002
4.5.	Quanto ao número de órgãos competentes para a realização do controle.....	945	6.5.4.	Procedimento	1003
4.6.	Quanto à finalidade (ou objetivo) do controle.....	946	6.5.5.	Medida liminar.....	1003
5.	Controle difuso de constitucionalidade.....	947	6.5.6.	Efeitos da decisão definitiva.....	1004
5.1.	Introdução	947	6.6.	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental	1005
5.2.	Primeiras palavras	948	6.6.1.	Introdução.....	1005
5.3.	O Controle difuso nos Tribunais	949	6.6.2.	Legitimidade ativa.....	1006
5.4.	Efeitos da decisão.....	952	6.6.3.	Parâmetro	1006
5.4.1.	Introdução.....	952	6.6.4.	Princípio da subsidiariedade: definição, a aplicação da fungibilidade e a definição do objeto	1007
5.4.2.	Efeitos quanto ao aspecto temporal	952	6.6.5.	Espécies de ADPF	1009
5.4.3.	Efeitos quanto ao aspecto subjetivo	953	6.6.6.	Medida cautelar na ADPF	1011
5.5.	A atuação do Senado Federal no controle difuso.....	954	6.6.7.	Decisão definitiva.....	1012
5.6.	A abstrativização (ou objetivação) do controle difuso	954	6.6.8.	Viabilidade de acordo no âmbito da ADPF.....	1013
5.7.	Tipos de ações no controle difuso.....	956	7.	Quadro sinótico	1014
5.7.1.	Introdução.....	956	8.	Questões.....	1023
5.7.2.	O controle difuso e a ação civil pública.....	956	8.1.	Questões objetivas	1023
6.	Controle concentrado.....	958	8.2.	Questão discursiva.....	1025
6.1.	Introdução	958		Gabarito – questões objetivas	1026
6.2.	Controle concentrado no Brasil	959		Gabarito – questão discursiva.....	1030
6.3.	Ação Direta de Inconstitucionalidade.....	960	CAPÍTULO 18		
6.3.1.	Introdução.....	960	CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE NOS ESTADOS	1031	
6.3.2.	Legitimidade ativa.....	960	1.	Introdução	1031
6.3.3.	Parâmetro e objeto	966	2.	Competência.....	1032
6.3.4.	Procedimento	973	3.	Objeto	1032
6.3.5.	Atuação do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União no controle concentrado de constitucionalidade.....	977	4.	Parâmetro	1033
6.3.6.	<i>Amicus curiae</i>	980	4.1.	Introdução.....	1033
6.3.7.	Medida cautelar	983	4.2.	Constituição Estadual como parâmetro	1033
6.3.8.	Efeitos das decisões definitivas....	985	4.3.	Constituição Federal como parâmetro	1034
6.3.9.	Possibilidade recursal	992	5.	Legitimação	1035
6.3.10.	Técnicas de decisão.....	994	6.	Ações possíveis em âmbito estadual	1037
6.4.	Ação Declaratória de Constitucionalidade	996	7.	Interposição de Recurso Extraordinário no STF em face das decisões prolatadas pelo Tribunal de Justiça	1037
6.4.1.	Introdução.....	996	8.	Simultaneidade de ações diretas de inconstitucionalidade	1040
6.4.2.	Legitimidade ativa.....	997	9.	Quadro sinótico	1042
6.4.3.	Parâmetro e objeto	997	10.	Questões.....	1043
6.4.4.	Competência	998	10.1.	Questões objetivas	1043
6.4.5.	Aspectos procedimentais.....	998		Gabarito – questões objetivas	1045
6.4.6.	Medida cautelar na ADC	1000	CAPÍTULO 19		
6.4.7.	Decisão definitiva.....	1000	DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	1051	
6.5.	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.....	1001	1.	Introdução	1051
			2.	Da defesa das instituições democráticas	1052

3.	Estado de Defesa	1053	2.	Princípios gerais da ordem econômica	1090
3.1.	Introdução	1053	3.	Análise dos artigos 171 a 192 da Constituição	1097
3.2.	Hipóteses de decretação (pressupostos materiais ou condições de fundo para a decretação).....	1054	3.1.	Art. 171.....	1097
3.3.	Titularidade	1054	3.2.	Art. 172.....	1097
3.4.	Requisitos (condições de forma)	1054	3.3.	Arts. 173 e 174: a atuação do Estado no domínio econômico.....	1098
3.5.	Procedimento	1054	3.4.	Arts. 175 a 181: outras formas de atuação do Estado no domínio econômico	1101
3.6.	Medidas coercitivas	1055	3.5.	Arts. 182 e 183: política urbana	1102
3.7.	Controle	1055	3.6.	Arts. 184 a 191: política agrícola, fundiária e reforma agrária.....	1104
4.	Estado de Sítio	1057	3.7.	Art. 192: sistema financeiro nacional	1105
4.1.	Introdução	1057	4.	Quadro sinótico	1107
4.2.	Hipóteses de decretação	1057	5.	Questões.....	1108
4.3.	Titularidade	1057	5.1.	Questões objetivas	1108
4.4.	Requisitos	1057		Gabarito – questões objetivas	1111
4.5.	Procedimento e prazo	1058	CAPÍTULO 21		
4.6.	Restrições de Direitos.....	1058	ORDEM SOCIAL.....		1115
4.7.	Controle.....	1059	1.	Introdução	1115
5.	Forças Armadas	1060	2.	Da seguridade social	1116
5.1.	Introdução	1060	2.1.	Notícias históricas.....	1116
5.2.	Missões constitucionais das Forças Armadas	1060	2.2.	Definição	1117
5.3.	Características	1064	2.3.	Financiamento.....	1117
6.	Segurança Pública.....	1067	2.4.	Objetivos	1117
6.1.	Introdução	1067	2.5.	Saúde.....	1118
6.2.	Órgãos de segurança pública – alguma arquitetura	1069	2.6.	Previdência Social.....	1125
6.3.	Órgãos federais – a segurança pública realizada pelos órgãos da União	1071	2.7.	Assistência Social.....	1125
6.4.	Órgãos estaduais – a segurança pública realizada pelos órgãos dos Estados	1072	3.	Da educação, da cultura e do desporto (arts. 205 a 217, CF/88).....	1127
6.5.	A segurança pública no Distrito Federal	1075	4.	Da ciência, tecnologia e inovação (arts. 218 a 219-b, CF/88)	1137
6.6.	A segurança pública nos Municípios	1075	5.	Da comunicação social (arts. 220 a 224, CF/88) ...	1139
6.7.	A segurança pública nos Territórios Federais	1078	6.	Do meio ambiente	1140
6.8.	Direito de greve e carreiras de segurança pública	1078	7.	Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso	1144
7.	Quadro sinótico	1080	8.	Dos índios (arts. 231 e 232, CF/88).....	1150
8.	Questões.....	1084	9.	Quadro sinótico	1154
8.1.	Questões objetivas	1084	10.	Questões.....	1156
	Gabarito – questões objetivas	1086	10.1.	Questões objetivas	1156
			10.2.	Questões discursivas	1158
				Gabarito – questões objetivas	1159
				Gabarito – questões discursivas	1161
CAPÍTULO 20			BIBLIOGRAFIA.....		1163
ORDEM ECONÔMICA.....		1089			
1.	Introdução	1089			